

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

26 de abril de 2022



Numa semana curta, marcada por feriado, tivemos o ministro da Saúde decretando o fim da pandemia em rede nacional. Na verdade, o pandemônio continua. Segue a pandemia de covid e o País ladeira abaixo, com a fome crescente e o desemprego aumentando a vulnerabilidade de milhões de famílias.

E o que faz o governo? Publica **portaria** autorizando mais uma modalidade de loteria. Pelo que parece a população brasileira está mesmo abandonada à própria sorte.

Num recado de que a imunidade parlamentar não dá a deputados e senadores o direito de dizer qualquer coisa, o Supremo Tribunal Federal marca posição e condena o deputado federal Daniel Silveira (PTB/RJ) a 8 anos e nove meses de prisão em regime fechado. O único voto contrário foi do ministro Nunes Marques. O ministro André Mendonça votou a favor da prisão, mas propôs uma pena menor.

E o que faz o presidente? Imediatamente publica **Decreto** concedendo “graça constitucional” ao deputado.

E, para não deixar dúvida com relação a anistia ampla, geral e irrestrita a Daniel Silveira, o Art. 3º explicita que *“a graça inclui as penas privativas de liberdade, a multa, ainda que haja inadimplência ou inscrição de débitos na Dívida Ativa da União, e as penas restritivas de direitos”*.

Para quem não se **lembra**, o deputado fez reiteradas ameaças aos ministros do STF e à democracia. Já se espera uma enxurrada de Projetos de Decreto Legislativo sustando este esdrúxulo decreto.

Na Câmara seguem as mudanças na presidência e composição das Comissões. Seguimos atentas e preocupadas com a possibilidade de comissões centrais para as mulheres serem dominadas por deputados e deputadas fundamentalistas e conservadores, que atuam fragilizando nossos direitos.

Em tempos tão difíceis uma pequena vitória, o senador Eduardo Girão (Podemos/CE) apresentou o [Requerimento 277/2022](#), retirando em caráter definitivo o [PL 5435/2020](#), que instituía o Estatuto da Gestante. A proposta incluía no texto o direito à vida desde a concepção e bolsa para as mulheres que engravidassem em decorrência de um estupro, para que não recorressem a interrupção da gravidez.

O Senado aprovou a [Resolução 4/2022](#), para instituir a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e Munições, pela Paz e pela Vida (FP-Controle). Frente fundamental para ampliar os esforços no sentido de barrar a política armamentista desse governo.

Em ano eleitoral é ainda mais importante documentos como a [Nota Pública Eleições e manipulação religiosa](#), que denuncia “o discurso supostamente religioso com fins eleitorais passou a ser uma característica marcante nas últimas eleições. Com narrativas enviesadas, oportunistas e produtoras de sentimentos carregados de interesses que não se revelam, avança uma agenda falsamente religiosa conectada ao neoliberalismo excludente e com traços de reacionarismo moral, que promove a intolerância e estimula discursos de ódio”.

A Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional o [PLN 5/2022](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023. O projeto prevê o valor de R\$ 1.294 para o salário mínimo (já é o quarto ano sem aumento real).

Na semana passada, com mediação de Natália Mori (Cfemea), tivemos uma conversa com Bárbara Libório (Revista AzMina), Carmela Zigoni (Inesc e Plataforma pela Reforma do Sistema Político) e Neuriberg Dias (Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) sobre o balanço [Mulheres e Resistência no Congresso Nacional 2021](#), lançado pelo Cfemea. [Assista aqui](#).

Nota: Publicada a [Lei nº 14.326, de 12 de abril de 2022](#), que altera a Lei de Execução Penal para assegurar à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido.

Em pauta na semana

25 a 29 de abril

Seguem na pauta do Plenário da Câmara, pois na semana passado não foram discutidos, o [PL 1998/2020](#), de autoria da deputada Adriana Ventura (Novo/SP) e mais 14 deputados e deputadas, que autoriza e define a prática da telemedicina em todo o território nacional. E ao [PL 4251/2021](#), de autoria do deputado Bosco Costa (PL/SE), que institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER). [Confira a agenda completa aqui!](#)

Propostas que tiveram andamento

O [PL 883/2022](#), apresentado recentemente pela deputada Carla Zambeli (PL/SP), foi apensado ao [PL 478/2007](#). A proposta de Carla Zambeli altera o Código Civil para incluir disposições referentes ao direito do nascituro e cria, no Código Penal, o crime de incitação ao aborto. O PL 478/2007, de autoria dos deputados Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG), dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e tramita com 21 propostas apensadas. No momento aguarda parecer do relator, deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT), na Comissão dos Direitos da Mulher (CMulher).

O [PL 4403/2004](#) aguarda indicação de relatoria na Comissão dos Direitos da Mulher (CMulher). A proposta, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e mais 8 parlamentares, altera o Código Penal para isentar de pena a prática de "aborto terapêutico" em caso de anomalia do feto, incluindo o feto anencéfalo, que implique em impossibilidade de vida extrauterina.

O projeto tramita com um apensado, com proposta diametralmente oposta, o [PL 1945/2020](#), de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), que altera o Código Penal para incluir como causa de aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto.

O deputado Aécio Neves apresentou mais um requerimento (**REQ 388/2022**) para a criação da Comissão Especial destinada a proferir parecer à **PEC 181-A/2015**, que dispõe sobre a licença maternidade em caso de parto prematuro.

Vale lembrar que essa PEC é conhecida pelo movimento como “cavalo de Tróia” pois a emenda tentou inserir o direito à vida desde a concepção no seu texto. Ato da Presidência, no início de abril criou a Comissão Especial, com 34 membros titulares e 34 suplentes.

Novas propostas apresentadas

Novas propostas no campo do enfrentamento a violência contra as mulheres

PL 935/2022, de autoria da senadora Leila Barros (PDT/DF), institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Femicídio.

PL 901/2022, de autoria do deputado José Nelto (PP/GO), institui o programa Tempo de evoluir, que trata sobre a reflexão, conscientização e responsabilidade dos autores e grupos de detentos nos casos de violência doméstica contra as mulheres.

PL 3258/2019, de autoria da senadora Daniela Ribeiro (PP/PB), garante a mulheres, pessoas com deficiência e idosos o direito de desembarcar fora dos locais de parada do transporte coletivo no período noturno.

Desconto no Importo de Renda para empresas que apoiem Banco de Leite

PL 894/2022, de autoria do deputado José Nelto (PP/GO), dispõe sobre a parceria entre empresas privadas com o Banco de Leite Humano, em relação à Campanha Nacional Doe leite, doe esperança.

Vale a pena conferir!

Folha/UOL – [Luis Felipe Miguel](#): Legalização do aborto interessa à democracia - À direita, tabu estratégico interdita a discussão; à esquerda, impera a covardia

Universo/UOL - Luiza Souto: Mães pedem à Justiça direito ao aborto por malformação: eugenia ou empatia?

Secretaria da Mulher da Câmara: Seminário Internacional Orçamento Mulher: Expandindo os Horizontes, dias 27 e 28 de abril. O evento tem por objetivo discutir os caminhos possíveis para a ampliação da incidência das mulheres nos orçamentos públicos no Brasil a partir do exame de experiências nacionais e internacionais em Orçamento Sensível a Gênero.

Podcast da Folha, em parceria com o InternetLab, tem um episódio [novo sobre violência política nas redes](#).

5



Radare elaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).